



Université Claude Bernard  Lyon 1



MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

entre

**Claude Bernard Lyon 1 University,
Membro da Universidade de Lyon (França)**

E a

**Universidade Federal de Uberlândia
(Brazil)**

Em vista do interesse em estimular e desenvolver relações científicas e médicas de alto nível entre as duas Instituições Universitárias,

A **Universidade Claude Bernard Lyon 1 (UCBL)**, instituição pública de ensino superior de natureza cultural e científica, representada por seu Presidente, Pr. Frédéric FLEURY, situada em 43 boulevard du 11 novembre 1918 – 69622 Villeurbanne cedex, França,

E a

Universidade Federal De Uberlândia (UFU), fundação pública de ensino superior, integrante da Administração Pública Federal Indireta, instituída pelo Decreto-lei no.762 de 14 de agosto de 1969, alterado pela Lei no. 6532, de 24 de maio de 1978, localizada na Avenida João Naves de Ávila, n. 2121, no Município de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, registrada no CNPJ/MF sob o número 25.648.3870001-18, neste ato representada pelo seu Reitor, Professor Doutor Valder Steffen Júnior, [REDACTED] [REDACTED] doravante referida como “UFU”,

Concordam com o seguinte:

ARTIGO 1: Áreas de Cooperação

A Cooperação entre as Partes cobrirá as áreas de ensino e pesquisa relacionadas a Ciências, Tecnologia, Saúde e Educação.

ARTIGO 2: Objetivos

As partes se comprometem a trocar informações regularmente relacionadas a documentação e organização pedagógica.

Na área de pesquisa, as Partes devem organizar a ida de pesquisadores e professores-pesquisadores no âmbito de pesquisa e treinamento comuns, reservando participação especial àqueles envolvidos em atividades científicas.

Na área de ensino, os estudantes serão aceitos pela Universidade Parceira sob as condições estabelecidas no Artigo 4. As Partes organizarão a mobilidade da equipe dependendo dos meios à sua disposição e de acordo com os termos especificados no Artigo 5.

No âmbito da troca de informações internacionais, as instituições podem adicionalmente fazer a mobilidade de técnicos administrativos.

ARTIGO 3: Cooperação inter-universitária

Os **ACORDOS ESPECÍFICOS DE COOPERAÇÃO** serão definidos conjuntamente pelas Instituições signatárias deste documento.

ARTIGO 4: Mobilidade estudantil

Para mobilidade estudantil, cada Universidade selecionará candidatos que deverão ser aceitos pela Universidade Parceira, que reserva o direito de análise da candidatura de acordo com seu estatuto.

Os estudantes deverão pagar suas mensalidades na Universidade de origem, a qual, após o retorno, validará sua formação no exterior. Essas provisões gerais deverão ser aplicadas, com exceção de outras provisões estipuladas em um anexo deste acordo.

Os estudantes participando na mobilidade devem preencher os requisitos de gastos pessoais, incluindo acomodação, transporte e material didático. Devem fazer seguro de previdência social e se comprometer com seguro de responsabilidade civil, bem como aceitar os regulamentos em vigor na área do país-parceiro. Para esses países, os estudantes devem seguir os procedimentos do CEF (Centro de Estudos na França).

ARTIGO 5: Responsabilidades

O estabelecimento de origem deve remunerar seus próprios pesquisadores, professores-pesquisadores e técnicos administrativos durante suas visitas ao exterior.

A Universidade anfitriã providenciará assistência para acomodação.

Nenhuma das partes é responsável por todos os gastos e despesas relacionados a visitas de pesquisadores, professores e técnicos administrativos apontados pela outra parte, a não ser que uma provisão constatando o contrário apareça como parte do acordo.

Por toda a duração da mobilidade, os pesquisadores, professores e técnicos administrativos da UFU se comprometerão a garantir um seguro de previdência social, bem como seguro de responsabilidade civil.

A equipe da UCBL está coberta, em termos de suas atividades profissionais, pelo seguro de responsabilidade civil inscrito pela UCBL. A equipe também tem direito ao seguro inscrito pela UCBL relacionado a assistência e repatriação de funcionários com atividades em países estrangeiros. Porém, os funcionários devem garantir que sua cobertura de seguro de responsabilidade civil e seguro de previdência social para suas atividades fora do contexto profissional.

ARTIGO 6: Propriedade Intelectual

As atividades de pesquisa conjunta que possam produzir resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão estar previstas nos **ACORDOS ESPECÍFICOS DE COOPERAÇÃO** e em seus respectivos **PLANOS DE TRABALHO**, que necessariamente estarão vinculados ao presente **MOU**. Ambas as Universidades deverão acordar regras de articulação no sentido de garantir a adesão de todos os intervenientes às regras estabelecidas nos seus respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos resultados da cooperação científica ou técnica poderá ser utilizado sem o consentimento prévio, por escrito, das instituições. A parte que deixar de cumprir o pactuado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente.

ARTIGO 7: Do Financiamento

A instituições acordam que cada atividade estabelecida de acordo com este **MOU** dependerá da disponibilidade de financiamento, devendo acordos financeiros serem negociados para cada atividade antes de se firmar qualquer **Acordo Específico de Cooperação** a ele relacionado. As instituições acordam que envidarão esforços aceitáveis para obterem recursos financeiros adequados para as atividades previstas nos futuros **ACORDOS ESPECÍFICOS DE COOPERAÇÃO**, a partir dos termos dispostos no presente **MOU**. As instituições acordantes poderão compartilhar os custos inerentes às diversas atividades, segundo a sua regulamentação interna e disponibilidade. A execução de atividades de cooperação pelos participantes não gera vínculo empregatício.

ARTIGO 8: Da Rescisão

Este **MOU** poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer uma das instituições, desde que aquela que assim o desejar comunique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. As atividades em andamento, por força de acordos de cooperação e de planos de trabalho previamente aprovados e cobertos por Termos Aditivos, não serão prejudicadas, devendo, conseqüentemente, ser concluídas.

ARTIGO 9: Suspensão do acordo

Este **MOU** poderá ser suspenso a qualquer momento no caso de problemas sanitários ou conflito armado envolvendo os países das organizações signatárias.

ARTIGO 10: Termos Aditivos do Acordo

As Partes podem criar termos aditivos em conjunto, aplicáveis a este **MOU**, de forma a adaptá-lo especificamente às necessidades de cada área, evidentemente dentro do âmbito do programa de dupla-qualificação.

A data de encerramento desses termos aditivos não pode exceder a data de encerramento do Acordo. No caso de renovação do Acordo, os termos aditivos também serão renovados.

ARTIGO 11: Período e Encerramento do MOU

Este **MOU** entrará em vigor após a assinatura de cada uma das Partes e permanecerá por um período de cinco (5) anos.

Qualquer proposta para encerrar ou modificar o **MOU** deverá ser redigida seis (6) meses antes da data de encerramento. Após o encerramento do período de cinco anos, poderá ser renovado por meio de um documento escrito acordado entre as instituições, para um período adicional de cinco (5) anos.

Havendo o encerramento do acordo por qualquer motivo, cada instituição concorda em continuar as atividades relacionadas ao acordo e aos participantes do Programa de Mobilidade Estudantil em suas respectivas instituições, durante o período acadêmico do programa, e até sua conclusão.

As Partes em total acordo com os artigos deste documento devidamente assinam em quatro (4) cópias originais, duas (2) em francês e duas (2) em português, de igual teor. Cada parte manterá uma cópia em cada língua.

ARTIGO 12: Da Igualdade de Oportunidades

Ambas as instituições se comprometem a uma política de igualdade de oportunidades, sendo vedada qualquer discriminação no que diz respeito a raça, cor, gênero, idade, etnia, religião, nacionalidade ou deficiência.

ARTIGO 13: Das Normas de Imigração e do Seguro

Os participantes das atividades acadêmicas e científicas dispostas neste MOU seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora e deverão responsabilizar-se por seus passaportes e, quando necessário, de seus vistos, bem como, pelas vacinas pertinentes e garantir a sua seguridade social e responsabilidade civil conforme os artigos 4 e 5 e de acordo com a regra da instituição anfitriã.

ARTIGO 14: Das Controvérsias

Para dirimir dúvidas e controvérsias que possam surgir na execução e interpretação do presente MOU, as instituições envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Em caso de desacordo persistente, o litígio será levado perante o tribunal competente.

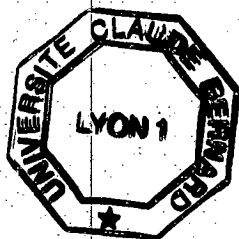
ARTIGO 15: Da Publicação


A UFU providenciará a publicação resumida dos termos deste MOU e de seus aditamentos no Diário Oficial da União, até o 5º. (quinto) dia útil do mês seguinte a sua assinatura.

E, por estarem assim acordados, assinam o presente instrumento, em versão bilíngue, de igual teor e forma, para fins de direito.

Presidente da
Claude Bernard Lyon 1 University
Pr. Frédéric FLEURY

Data 09/09/2019




Reitor da
Universidade Fédérale de Uberlândia
Pr. Steffen Junior VALDER

Data 30/07/2019



Université Claude Bernard  Lyon 1



ACCORD DE COOPERATION

entre

**L'Université Claude Bernard Lyon 1,
Membre de l'Université de Lyon (France)**

Et

**Universidade Federal de Uberlândia
(Brésil)**

Considérant l'intérêt de promouvoir et de développer une coopération scientifique et médicale de haut niveau entre les deux Institutions Universitaires,

L'Université Claude Bernard Lyon 1 (UCBL), Etablissement Public à Caractère Scientifique, Culturel et Professionnel, représentée par son Président, Pr. Frédéric FLEURY située 43 boulevard du 11 novembre 1918 - 69622 Villeurbanne cedex, France

Et

L'Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Fondation publique de l'Enseignement supérieur, membre de l'administration publique fédérale indirecte, instituée par le décret-loi no 762 du 14 août 1969, modifié par la loi no 6532 du 24 mai 1978, située Avenida Joo Naves de Vila, N. 2121, dans la municipalité d'Uberlândia, Minas Gerais, Brésil, enregistré au CNPJ/MF sous le numéro 25.648.3870001-18, dans cette loi représentée par son recteur, le professeur Valder Steffen Junior, porteur de RG N. MG-153.731-SSP/MG et CPF 778.043.418-49, ci-après appelée "UFU",

ont convenu des dispositions suivantes :

ARTICLE 1 : Domaines concernés

La coopération entre les parties recouvre les domaines d'enseignement et de recherche, concernés par les Sciences, les Technologies, la Santé et l'Éducation.

ARTICLE 2 : Objectifs

Les parties s'engagent à échanger régulièrement des informations relatives à l'organisation et à la documentation pédagogique.

Dans le domaine de la recherche, les établissements organiseront de concert l'envoi de chercheurs et d'enseignants-chercheurs dans le cadre de recherche et de formation communes et réserveront une participation privilégiée à ceux-ci dans les manifestations scientifiques.

Dans le domaine de la formation, les étudiants seront accueillis dans l'établissement partenaire selon les modalités indiquées en article 4. Les Parties organiseront également l'échange de personnels dans la mesure des moyens disponibles et selon les modalités de l'article 5.

Dans le cadre des échanges d'informations relatifs à l'international, les établissements pourront opérer à des échanges de personnel administratif.

ARTICLE 3 : Coopération inter-universitaire

Les **ACCORDS SPÉCIFIQUES DE COOPÉRATION** seront définis conjointement par les Institutions signataires du présent document.

ARTICLE 4 : Echanges d'étudiants

Pour les échanges d'étudiants, chaque établissement choisit ses candidats à la mobilité qui seront acceptés par l'établissement partenaire sous les réserves réglementaires d'usage.

Les étudiants paient leurs droits d'inscription dans leur établissement d'origine qui valide aussi à leur retour leur formation à l'étranger. Ces dispositions générales sont applicables en dehors de toutes autres dispositions prévues par une convention annexée à cet accord.

Les étudiants participants devront subvenir à leurs dépenses personnelles comprenant leur logement, transport et matériel éducatif. Ils devront veiller à leur couverture sociale, à leur responsabilité civile et accepter la réglementation en vigueur, dans ce domaine, dans le pays partenaire. Pour les pays concernés, les étudiants devront se soumettre à la procédure CEF (Centre pour les Etudes en France).

ARTICLE 5 : Responsabilités

La gestion financière de la situation des chercheurs, enseignants-chercheurs et des personnels administratifs participant à un échange relève de leur établissement d'origine qui continue à leur verser leur rémunération.

L'établissement d'accueil leur apportera son aide en ce qui concerne le logement.

Chaque Partie n'est pas responsable des frais inhérents aux déplacements des chercheurs, enseignants chercheurs et personnels administratifs désignés par l'autre Partie sauf dispositions spéciales indiquées par une convention d'application annexée au présent accord.

Pendant toute la durée de leur séjour les chercheurs, les enseignants-chercheurs invités de l'UFU s'engagent à veiller personnellement à leur couverture sociale et à se garantir au titre d'une assurance responsabilité civile.

Les personnels de l'UCBL sont couverts, dans le cadre de leur activité professionnelle, par l'assurance responsabilité civile souscrite par l'UCBL. Ils bénéficient également de l'assurance souscrite par l'UCBL en matière d'assistance et de rapatriement des personnels en mission à l'étranger. Les personnels doivent cependant faire le nécessaire pour assurer personnellement leur couverture sociale ainsi que leur responsabilité civile pour les activités privées accomplies en dehors de leurs missions.

ARTICLE 6 : Propriété intellectuelle

Les activités de recherche conjointes susceptibles de produire des résultats bénéficiant éventuellement d'une protection des droits de propriété intellectuelle devront être prévues dans les **ACCORDS SPÉCIFIQUES DE COOPÉRATION** et dans les **PLANS DE TRAVAIL** correspondants, qui seront nécessairement liés au présent accord. Les deux Universités devront convenir de règles communes afin de garantir l'adhésion de tous les intervenants aux règles fixées par leurs Règlements de propriété intellectuelle respectifs. Par conséquent, aucun des résultats issus de la coopération scientifique ou technique ne pourra être utilisé sans le consentement préalable par écrit des institutions. Toute partie qui ne respecterait pas les accords de la présente clause devra assumer la responsabilité juridique correspondante.

ARTICLE 7 : Financement

Les institutions conviennent que chaque activité établie conformément au présent **accord** dépendra de la disponibilité de financements, des accords financiers devant être négociés pour chaque activité avant de signer un quelconque **Accord spécifique de coopération** correspondant. Les institutions conviennent de faire tous les efforts acceptables pour obtenir des ressources financières adéquates pour les activités prévues dans les futurs **ACCORDS SPÉCIFIQUES DE COOPÉRATION** à partir des dispositions du présent **accord**. Les institutions peuvent partager les frais inhérents aux diverses activités conformément à leurs règlements internes et à leur disponibilité. L'exécution des activités de coopération par les participants ne génère aucun lien en termes d'emploi.

ARTICLE 8 : Résiliation

Le présent **accord** pourra être dénoncé et/ou résilié par l'une des institutions dans la mesure où celle qui le souhaite le signale à l'autre par écrit moyennant un préavis minimum de 90 (quatre-vingt-dix) jours. Les activités en cours à la suite d'accords de coopération et de plans de travail approuvés au préalable et couverts par des Avenants ne pourront en être affectées et devront par conséquent être menées à bien.

ARTICLE 9 : Suspension de l'accord

Le présent accord pourra être suspendu à tout moment, en cas de problème sanitaire ou de conflit armé concernant les pays des établissements signataires.

ARTICLE 10 : Annexes à l'accord

Les parties peuvent établir en commun des conventions en application de **cet accord**, pour l'adapter spécifiquement aux besoins de chaque spécialité concernée, notamment dans le cadre de l'établissement d'un double-diplôme.

La date de validité de la convention d'application ne pourra pas dépasser celle de l'accord. En cas de renouvellement de l'accord, la convention d'application devra également être renouvelée.

ARTICLE 11 : Durée et résiliation de l'accord

Le présent accord de coopération et d'échange entre en vigueur dès la signature de chacun des partenaires et reste valable pour cinq (5) ans.

Toute proposition d'arrêt ou de modification de **cet accord** devra être présentée par écrit six (6) mois avant l'échéance. Au terme des cinq (5) années, il pourra être renouvelé par accord écrit des établissements pour une nouvelle période de cinq (5) ans.

Malgré la résiliation du présent accord pour quelque raison que ce soit, chaque établissement accepte de continuer de respecter les responsabilités qui lui incombent concernant les activités en cours de finalisation liées à cet accord et envers les participants au programme d'échanges étudiants au cours de la période d'échanges universitaires dans leur établissement respectif, et de les acquitter, et ce, jusqu'à la fin de la session universitaire au cours de laquelle l'avis est donné.

Les institutions étant ainsi d'accord, apposent leur signature sur quatre (4) exemplaires : deux (2) en version française, deux (2) en version portugaise d'égale valeur. Chaque Partie gardera une version dans chacune des langues.

ARTICLE 12 : Égalité des chances

Les deux institutions s'engagent à respecter une politique d'égalité des chances, toute discrimination en termes de race, couleur, genre, âge, ethnie, religion, nationalité ou handicaps étant interdite.

ARTICLE 13 : Normes en termes d'immigration et d'assurance

Les participants aux activités universitaires et scientifiques consignées dans le présent accord suivront les exigences d'immigration du pays de l'institution d'accueil, et devront rendre compte de leurs passeports et si nécessaire de leurs visas, ainsi que des vaccins pertinents et s'assurer de leur couverture sociale et responsabilité civile selon les article 4 et 5 ainsi que selon la règle dans l'établissement d'accueil.

ARTICLE 14 : Litiges


En cas de doute et de litiges survenant éventuellement lors de l'exécution et de l'interprétation du présent accord, les institutions feront de leur mieux pour trouver une solution à l'amiable. Si le désaccord persiste, le litige sera porté devant le tribunal compétent.

ARTICLE 15 : Publication

L'UFU se chargera de la publication résumée conformément aux dispositions du présent accord et de ses avenants dans le journal officiel (Diário Oficial da União) le 5e (cinquième) jour ouvrable au plus tard du mois suivant sa signature.

Après accord, le présent instrument est signé en version bilingue de même teneur et forme pour faire valoir ce que de droit.

Le Président de l'Université
Claude Bernard Lyon 1
Pr. Frédéric FLEURY


Le Président de l'université
Fédérale de Uberlândia
Pr. Steffen Junior VALDER

Date 09/09/2019

Date 30/07/2019

